



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista em Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01' PROVA 1, Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA 1

Conhecimentos Gerais

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, entregue ao Fiscal da sala o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

Informalidade reconfigurada

As atividades informais têm sido tradicionalmente identificadas no Brasil como as práticas de trabalho mais relacionadas à luta pela sobrevivência. Na maior parte das vezes, trata-se de um conjunto expressivo da população que se encontra excluída das regras formais de proteção social e trabalhista. Salvo períodos conjunturais determinados de desaceleração econômica, quando o segmento informal funcionava como uma espécie de colchão amortecedor da temporária situação de desemprego aberto, percebia-se que a informalidade era uma das poucas possibilidades de os segmentos vulneráveis se inserirem no mercado de trabalho. Por não impor praticamente nenhuma barreira à entrada, o trabalho informal representaria uma atividade laboral que também poderia compreender a transição para o emprego assalariado formal.

O trabalho informal submete-se à baixa remuneração e à vulnerabilidade de quem não conta com a aposentadoria na velhice, a pensão para o acidente de trabalho, o seguro para o desemprego, o piso oficial para a menor remuneração, a representação sindical, entre outras regras de proteção. Pelo menos durante o ciclo da industrialização nacional (1930-80), a informalidade foi sendo drasticamente reduzida. A força do assalariamento com carteira assinada, decorrente de taxas de crescimento econômico com média anual de 7%, foi a principal responsável pela queda do trabalho informal.

Apesar disso, o Brasil ingressou na década de 1980 com cerca de 1/3 do total dos ocupados ainda submetidos às atividades informais. Com o abandono da condição de rápido e sustentado crescimento econômico, o mercado de trabalho sofreu uma importante inflexão. O desemprego aberto vem crescendo, e com ele a ocupação informal. Em vinte anos, o Brasil gerou um contingente adicional de 13,1 milhões de postos de trabalho não assalariados (40% do total de novos postos de trabalho). No mesmo período de tempo, a informalidade cresceu mais no meio urbano, uma vez que o setor rural continuou a expulsar mão de obra.

(Adaptado de Marcio Pochmann, revista **Forum**)

1. Em seu conjunto, o texto constitui uma
 - (A) minuciosa exposição das causas que levaram ao crescimento do trabalho informal no Brasil, nas últimas duas décadas.
 - (B) constatação objetiva da retração da informalidade no mercado de trabalho, a partir da década de 1980.
 - (C) verificação da crescente instabilidade do setor industrial e seus efeitos no campo do trabalho assalariado.
 - (D) exposição de fatos e dados estatísticos que identificam tendências do mercado de trabalho no Brasil.
 - (E) análise mercadológica pela qual se revelam as causas de exclusão do trabalhador do mercado informal de trabalho.

2. Atente para as seguintes afirmações:
 - I. No 1º parágrafo, considera-se que a informalidade é uma atividade laboral que compensa a falta de proteção social e trabalhista, garantida no trabalho formal.
 - II. No 2º parágrafo, admite-se que a industrialização nacional permitiu o acesso de mais trabalhadores às garantias e aos direitos do trabalho assalariado.
 - III. No 3º parágrafo, adverte-se que a ocupação informal crescerá ainda mais, caso se altere a tendência de expulsão da mão de obra do setor rural.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
 - (B) I, II e III.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) II, apenas.
3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:
 - (A) *excluída das regras formais* (1º parágrafo) = à revelia de parâmetros mais estáveis.
 - (B) *Salvo períodos conjunturais* (1º parágrafo) = afora momentos circunstanciais.
 - (C) *foi sendo drasticamente reduzida* (2º parágrafo) = foi sofrendo quedas incipientes.
 - (D) *sofreu uma importante inflexão* (3º parágrafo) = absorveu significativa influência.
 - (E) *gerou um contingente adicional* (3º parágrafo) = ensejou um aumento circunstancial.

4. A partir de 1980, o mercado de trabalho informal, no Brasil,
 - (A) vem registrando os efeitos de altas taxas de um sustentado crescimento econômico.
 - (B) vem confirmando o acerto de políticas que buscaram assalariar o trabalhador rural.
 - (C) cresceu bastante, em razão do desemprego gerado pelo declínio do crescimento econômico.
 - (D) refluíu muito, apesar da migração de 1/3 do total dos empregados para o setor urbano.
 - (E) aumentou razoavelmente, atingindo 40% dos 13,1 milhões de postos de trabalho criados nos últimos anos.



5. A específica *vulnerabilidade* de que trata o 2º parágrafo do texto
- (A) diz respeito à condição de quem está à margem das leis trabalhistas.
- (B) refere-se à baixa remuneração de certos trabalhadores assalariados.
- (C) deriva da situação de pouca representatividade dos atuais sindicatos.
- (D) reflete a conjuntura de um mercado de trabalho em que decresce a informalidade.
- (E) faz ver a precariedade sistêmica de nossas instituições previdenciárias.
-
6. As normas de concordância verbal encontram-se plenamente observadas na frase:
- (A) Apenas se submetem às condições de baixa remuneração e falta de garantias trabalhistas quem não tem acesso às vantagens de um emprego formal.
- (B) Incluem-se entre as tantas vantagens que proporcionam o trabalho assalariado a pensão para os que se acidentam e o seguro para os que perdem o emprego.
- (C) Não deveria causar espanto a ninguém, com um crescimento econômico anual em torno de 7%, os índices de redução da informalidade, no ciclo da industrialização nacional.
- (D) Acredita-se serem possíveis que as atividades laborais do mercado informal possam, num certo momento, propiciar a transição para o emprego assalariado formal.
- (E) Caso não os afetasse a redução do desenvolvimento econômico, nos últimos anos, seriam outros os índices de ocupação de postos do trabalho formal no Brasil.
-
7. NÃO admite transposição para a voz passiva a seguinte construção:
- (A) Já identificaram as atividades informais como práticas de trabalho relacionadas à luta pela sobrevivência.
- (B) O trabalho informal leva o trabalhador à baixa remuneração e à privação de quaisquer garantias trabalhistas.
- (C) o Brasil contava, no início da década de 1980, com 1/3 do total dos trabalhadores submetidos às atividades informais.
- (D) A ocupação informal expõe o trabalhador às inseguranças de uma ocupação inteiramente desprotegida.
- (E) A retomada do desenvolvimento econômico poderá propiciar o ingresso de muita gente no trabalho formal.
-
8. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Mesmo com as vantagens de um trabalho assalariado e registrado em carteira, ainda assim há quem prefira mais o trabalho informal do que vir a regulá-lo.
- (B) Não seria nada mal se o Brasil atravessasse um ciclo de desenvolvimento econômico análogo daquele que vivemos no período de 1930 a 1980.
- (C) Tantos são os benefícios trabalhistas que acarretam uma carteira assinada que chega a ser surpreendente porque as pessoas não fazem de tudo para virem a obtê-la.
- (D) Não deixam de ser preocupantes os recentes dados do trabalho informal no Brasil, mas a retomada do crescimento econômico faz crer numa superação desse quadro.
- (E) Embora não seja impossível, espera-se que o Brasil retome as altas taxas de crescimento econômico e o emprego formal se estabiliza, oferecendo-se maiores garantias trabalhistas.
-
9. Sem prejuízo para a correção e o sentido do contexto, o que está sublinhado pode ser substituído pelo que está em negrito em:
- (A) *Na maior parte das vezes, trata-se de um conjunto expressivo da população (1º parágrafo) = **tratam-se de muitas pessoas significativas.***
- (B) *atividade laboral que também poderia compreender a transição (1º parágrafo) = **igualmente poderia abarcar.***
- (C) *Por não impor praticamente nenhuma barreira à entrada (1º parágrafo) = **Dado que não inflinge.***
- (D) *O trabalho informal submete-se à baixa remuneração (2º parágrafo) = **é submisso pela.***
- (E) *Com o abandono da condição de rápido e sustentado crescimento (3º parágrafo) = **mediante a renúncia pela.***
-
10. A informalidade é instável, mas como muitos consideram a informalidade o único meio de sobreviver, tendem a atribuir à informalidade um caráter permanente, receando substituir a informalidade pelo risco de uma outra situação desconhecida.
- Evitam-se as viciosas repetições do texto acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:
- (A) a consideram - atribuir-lhe - substituí-la
- (B) a consideram - atribuí-la - a substituir
- (C) lhe consideram - atribuir-lhe - substituir-lhe
- (D) consideram-na - atribuir a ela - lhe substituir
- (E) consideram-lhe - atribuí-la - substituí-la



Atenção: As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto seguinte.

No tempo dos trens

Parodiando o grande poeta que escreveu – Havia manhãs, naquele tempo –, quero registrar: havia trens naquele tempo. E havia as estações de trem, e as viagens de trem, antes que alguém decidisse extinguir o transporte ferroviário em benefício do rodoviário. Nada quero ajuizar sobre a justeza econômica ou o equívoco técnico dessa medida; o que posso garantir é que a poesia da vida saiu perdendo. Pois não me venham comparar o prosaísmo de uma viagem de ônibus com os devaneios de uma viagem de trem.

Em primeiro lugar, os trens brasileiros, ao contrário dos japoneses, não tinham pressa: a vapor, a diesel ou mesmo elétricas, nossas locomotivas permitiam que os passageiros fossem contemplando com calma a paisagem, e às vezes até simulavam algum defeito, só para que todos pudessem esticar as pernas numa estação perdida no meio do caminho. As estações, com sua arquitetura padronizada, eram recantos sombreados de onde se avistava a pracinha de uma vila ou a torre da igreja.

Depois, é preciso considerar que a vida dentro dos trens também era outra. As pessoas passeavam tranquilamente pelo corredor, puxavam conversa em rodinhas, ou estacionavam nas plataformas de ligação entre os vagões, tomando um ventinho no rosto – prazer tanto maior porque proibido. Sem falar na possibilidade de um luxo – um carro-restaurante – onde se sentava para uma refeição, um lanche, uma cerveja.

Para que pressa? Havia mais tempo para não se fazer nada, naquele tempo. O ritmo dos trens influía no dos negócios, no das providências burocráticas, até no dos amores: esperava-se mais para dar e receber um beijo, ou então para sofrer uma despedida. Nesse caso, havia mais tempo para aliviar uma frustração, repensar na vida. Sem pressa, nossos trens gostavam de deixar a gente viver em paz.

Se um dia houver uma reversão em nossos meios de transporte e ressuscitarem as viagens de trem, me avisem, que eu virei correndo do outro mundo para garantir um lugar à janela.

(Expedito Trancoso, inédito)

11. Atente para as seguintes afirmações:

- I. Considerando o que afirma o texto em seu conjunto, a expressão do título – **No tempo dos trens** – tem duplo sentido, aludindo tanto a **uma época** como a **um ritmo** determinados.
- II. O autor lamenta que as vantagens objetivas do transporte ferroviário sobre o rodoviário não tenham sido devidamente consideradas, antes da extinção dos trens.
- III. O autor considera que, além do encantamento próprio dos trens e das estações, fatores de ordem econômica pesavam na escolha do trem como meio de transporte.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.

12. Ganham sentido **antagônico**, no contexto, os seguintes elementos:

- (A) *Parodiando / quero registrar* (1º parágrafo).
- (B) *prosaísmo de uma viagem / poesia da vida* (1º parágrafo).
- (C) *recantos sombreados / a pracinha de uma vila* (2º parágrafo).
- (D) *é preciso considerar / Sem falar na possibilidade* (3º parágrafo).
- (E) *aliviar uma frustração / repensar na vida* (4º parágrafo).

13. Está correta a seguinte afirmação sobre um procedimento construtivo do texto, considerando-se o contexto:

- (A) Com a expressão *Parodiando o grande poeta* (1º parágrafo), o autor revela a clara intenção de ridicularizar o verso que citará logo a seguir.
- (B) Os elementos *justeza econômica* e *equívoco técnico* (1º parágrafo) precisam e complementam o sentido de verbos distintos de um mesmo período.
- (C) No segmento *nossas locomotivas (...) simulavam algum defeito* (2º parágrafo), todas as palavras estão empregadas em seu sentido literal.
- (D) Os elementos *Em primeiro lugar* (2º parágrafo), *Depois* e *Sem falar* (3º parágrafo) são indicativos de sequencialidade e ordenação na exposição narrativa.
- (E) No segmento *O ritmo dos trens influía no dos negócios* (4º parágrafo), o elemento sublinhado tem o sentido de **contrastava com o dos negócios**.

14. Mantêm entre si uma relação de causa e efeito, nessa ordem, os elementos:

- (A) *Nada quero ajuizar / o que posso garantir* (1º parágrafo).
- (B) *os trens brasileiros (...) não tinham pressa / ao contrário dos japoneses* (2º parágrafo).
- (C) *é preciso considerar que a vida dentro dos trens / também era outra* (3º parágrafo).
- (D) *passeavam tranquilamente pelo corredor / puxavam conversa em rodinhas* (3º parágrafo).
- (E) *ressuscitarem as viagens de trem / eu virei correndo* (5º parágrafo).



15. Está plenamente adequada a correlação entre tempos e modos verbais na seguinte frase:
- (A) Se ainda houvesse viagens de trem no Brasil, muitos não terão hesitado em optar por elas, em vez de continuarem a fazê-las por ônibus ou automóvel.
- (B) Ao contrário dos trens japoneses, que foram concebidos para atingir alta velocidade, os brasileiros assumiriam um ritmo que os executivos de Tóquio não houvessem de admitir.
- (C) Caso um trem apresentasse defeito, os passageiros não reclamariam, uma vez que aproveitariam o tempo de ócio para gastá-lo contemplando os bucólicos arredores.
- (D) A viagem lenta não impedia que os namorados iam antegozando o encontro com as amadas, certos de que elas os esperassem com a mesma paixão de sempre.
- (E) É muito difícil que viesse a ocorrer uma reversão no sistema nacional de transportes, pela qual se possa reabilitar o prestígio que os trens já teriam alcançado.
-
16. É preciso **corrigir**, por falha em sua estrutura, a redação da seguinte frase:
- (A) Jamais os trens brasileiros, diferentemente dos japoneses, caracterizaram-se pela alta velocidade, pelo contrário: seus encantos provinham da falta de pressa.
- (B) Se havia quem se irritasse quando um trem parava por muito tempo, para reparos, numa estaçãozinha perdida, havia também quem aproveitasse esse tempo para espalhar-se.
- (C) Não apenas as viagens de trem eram agradáveis, uma vez que o espaço dos vagões permitisse mobilidade dos passageiros, que se distraíam conversando ou nas plataformas de ligação.
- (D) Para o autor, uma viagem de trem, lenta como costumava ser, permitia mais reflexões, alimentava mais expectativas, dava ao viajante tempo para muitos devaneios.
- (E) É possível que muita gente, como o autor, ainda acredite numa revisão das prioridades do transporte no Brasil, da qual poderia advir o ressurgimento do transporte ferroviário.
-
17. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **plural** para preencher corretamente a lacuna da frase:
- (A) Sempre (**poder**) caber a quem tenha escrito um belo poema os aplausos de um leitor que se disporá a parodiá-lo.
- (B) Não (**costumar**) haver, nas viagens de trem, passageiros vociferando por causa de um contra-tempo.
- (C) O ritmo dos trens, que ao dos negócios e ao dos amores (**chegar**) a se associar, era uma medida do tempo e da vida.
- (D) Eram inesquecíveis os momentos que uma parada do trem, nos confins do mundo, nos (**permitir**) desfrutar.
- (E) A nenhum dos passageiros (**perturbar**), de fato, a vagarosidade daqueles trens cheios de poesia.
-
18. A pontuação está plenamente adequada na frase:
- (A) Aos que condenam a nostalgia argumentando, contra o passadismo, pode-se responder com a frase de um pensador: segundo o qual a saudade de tempos melhores, longe de ser reacionária, instiga-nos a esperar mais do presente.
- (B) Aos que condenam a nostalgia, argumentando contra o passadismo, pode-se responder, com a frase de um pensador, segundo o qual a saudade de tempos melhores, longe de ser reacionária, instiga-nos a esperar mais do presente.
- (C) Aos que condenam a nostalgia argumentando contra o passadismo, pode-se responder com a frase, de um pensador, segundo o qual a saudade de tempos melhores, longe de ser reacionária, instiga-nos a esperar mais do presente.
- (D) Aos que condenam a nostalgia argumentando contra o passadismo, pode-se responder com a frase de um pensador, segundo o qual a saudade de tempos melhores, longe de ser reacionária, instiga-nos a esperar mais do presente.
- (E) Aos que condenam a nostalgia, argumentando contra o passadismo pode-se responder com a frase de um pensador, segundo o qual, a saudade de tempos melhores, longe de ser reacionária instiga-nos a esperar mais do presente.
-
19. Considere as seguintes frases:
- I. O autor manifesta nostalgia das viagens de trem.
- II. Nas viagens de trem, quase ninguém tinha pressa.
- III. As estaçãozinhas eram parte do encanto dessas viagens.
- Essas frases encontram-se articuladas de forma clara, coerente e correta no seguinte período:
- (A) Nas viagens de trem, em que o autor manifesta nostalgia e onde quase ninguém tinha pressa, havia também o encanto das estaçãozinhas.
- (B) Uma parte do encanto das viagens de trem, em que quase ninguém tinha pressa e das quais o autor manifesta nostalgia, estava nas estaçãozinhas.
- (C) A nostalgia que o autor manifesta das viagens de trem, em cujas quase ninguém tinha pressa, participava do encanto das estaçãozinhas.
- (D) As estaçãozinhas de trem eram parte do encanto daquelas viagens aonde ninguém tinha pressa e por cujas o autor manifesta sua nostalgia.
- (E) Quase ninguém tinha pressa naquelas viagens de trem, além das estaçãozinhas, que eram parte do encanto de que o autor manifesta nostalgia.



20. Está ADEQUADA, em relação ao sentido original, esta nova redação proposta para um segmento do texto:

- (A) *Para que pressa? Havia mais tempo para não se fazer nada* = Conquanto não houvesse pressa, mais tempo havia para nada se fazer.
- (B) *O ritmo dos trens influía no dos negócios* = Os negócios confluíam para o ritmo dos trens.
- (C) *Nada quero ajuizar sobre a justeza econômica ou o equívoco técnico dessa medida* = Não posso crer ajuizada essa medida, seja quanto ao aspecto econômico, seja quanto ao técnico.
- (D) *nossas locomotivas permitiam que os passageiros fossem contemplando com calma a paisagem* = graças às nossas locomotivas, permitiam-se os passageiros contemplar com calma a paisagem.
- (E) *Se um dia (...) ressuscitarem as viagens de trem, me avisem* = Queiram avisar-me, caso sejam ressuscitadas, um dia, as viagens de trem.

Atenção: As questões de números 21 a 25 referem-se ao texto seguinte:

Imagens da História

O livro **Revoluções**, organizado por Michel Löwy, de 500 páginas, é um terrível e fascinante painel da história dos séculos XIX e XX. "As fotos de revoluções revelam ao olhar do observador uma qualidade mágica ou profética que as torna sempre atuais, subversivas", escreve o organizador.

Você pode multiplicar por 10 o surrado clichê de que uma imagem vale por mil palavras, quando o assunto são revoluções políticas, e o professor Löwy dá razões para tanto: "É claro que as fotografias não podem substituir o historiador, mas elas captam o que nenhum texto escrito pode transmitir: certos rostos, certos gestos, certas situações, certos movimentos. A fotografia possibilita que se veja, de modo concreto, o que constituiu o espírito singular de cada revolução". A foto das usinas Krupp, continua o pesquisador, não acrescenta nada, mas o senhor Krupp cumprimentando Hitler, em companhia de outros industriais e banqueiros, é um documento fascinante sobre a cumplicidade entre capitalistas alemães e nazistas.

(Adaptado de Carlos Haag, **PESQUISA** Fapesp, nº 167)

21. Deve-se entender da leitura integral do texto que, quando o assunto são revoluções políticas,

- (A) apenas minuciosas reportagens podem dar conta, num texto verbal, dos detalhes mais significativos.
- (B) justifica-se, mais do que nunca, o conhecido postulado de que uma imagem vale por mil palavras.
- (C) relativiza-se o sentido do clichê de que as palavras não dizem tanto quanto uma imagem.
- (D) os aspectos fascinantes, segundo o professor Löwy, desafiam tanto as imagens quanto as palavras.
- (E) as imagens adquirem tanta subversão que ficam longe de retratar alguma verdade.

22. Atente para as seguintes afirmações:

- I. Ainda que as fotos das revoluções não constituam por si mesmas um discurso como o articulado por um historiador, elas trazem revelações que vão além das palavras.
- II. Gestos como o de Krupp cumprimentando Hitler só dizem algo para quem já conhecia de sobejo a cumplicidade entre capitalistas alemães e nazistas.
- III. Do livro **Revoluções**, resulta a certeza de que nos séculos XIX e XX ocorreram violências tais que tornam insignificante toda e qualquer tentativa de descrição.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) I e III.

23. A fotografia possibilita que se veja, de modo concreto, o que constituiu o espírito singular de cada revolução.

Sem prejuízo para a correção e o sentido dessa frase, os elementos sublinhados podem ser substituídos, na ordem dada, por:

- (A) implica - fisicamente - a alma oculta
- (B) denota - concretamente - a feição visível
- (C) faculta - materialmente - a identidade própria
- (D) permite - tangivelmente - o ânimo inalterado
- (E) arbitra - imediatamente - o sentido primeiro

24. As expressões **de que** e **por que** preenchem corretamente, nessa ordem, as lacunas da frase:

- (A) O livro Michel Löwy organizou constitui um painel admirável, as fotos são contundentes.
- (B) O livro **Revoluções**, se informa no texto, ficou famoso apresenta imagens fortes e surpreendentes.
- (C) O batido clichê se refere o texto não explica o fato ficou tão famoso o livro de Michel Löwy.
- (D) As revoluções dos séculos XIX e XX, tanto já se escreveu, estão documentadas em fotos muita gente se admirará.
- (E) As revoluções essas fotos constituem um notável depoimento acarretam traumas ninguém quer passar.

25. Todos os verbos estão corretamente flexionados na frase:

- (A) Nenhum comentário que sobrevir ao impacto causado por esse livro terá força comparável à de suas fotos.
- (B) Se sempre retêssemos dos clichês um mínimo de verdade, acabaríamos por tomá-los como verdades completas.
- (C) Se os fotógrafos não intervissem na realidade, documentando cada barbárie, a história humana seria ainda mais violenta.
- (D) Industriais e políticos nazistas convieram quanto aos interesses comuns, que se sobrepunham às suas ambições particulares.
- (E) O fotógrafo teria intervindo na cena de brutalidade, se pudesse, mas limitou-se a registrá-la.

**Atualidades**

26. Embora a Rodada de Doha, criada em 2001 para diminuir as barreiras comerciais no mundo, não tenha ainda sido finalizada, a OMC dispõe de mecanismos, baseados em alguns acordos multilaterais já estabelecidos, para regulamentar a matéria da concessão de subsídios às exportações agrícolas. Em 2002, o Brasil recorreu à OMC para investigar e questionar subsídios acima do permitido à produção de algodão nos EUA. A OMC considerou justa a demanda brasileira. O não cumprimento pelo governo norte-americano da determinação da OMC para redução dos subsídios culminou com a autorização para o Brasil aplicar sanções comerciais retaliatórias contra os EUA, sobre as quais é correto afirmar:
- (A) O Brasil pode aplicar US\$ 829 milhões em retaliações, que incluem produtos, direitos de propriedade intelectual e serviços.
 - (B) A OMC autorizou retaliações apenas sobre o algodão exportado dos EUA para o Brasil.
 - (C) As retaliações autorizadas pela OMC foram rejeitadas pelo governo brasileiro, para evitar a “guerra comercial” com os EUA.
 - (D) A OMC excluiu das retaliações os direitos de propriedade intelectual.
 - (E) As retaliações, conforme determinação da OMC, não podem envolver aumento de tarifas de importação.

27. O programa nuclear iraniano foi um dos temas abordados por Hillary Clinton em sua recente visita ao Brasil. “Nós debatemos o valor central da não proliferação e o nosso comprometimento comum de fazer com que o Irã não tenha armas nucleares”, disse ela. Por outro lado, declarações amplamente divulgadas tornaram evidente a existência de divergências entre os EUA e o Brasil relativas à questão nuclear iraniana.

Considere as afirmações:

- I. Ao contrário do Brasil, os EUA consideram que as negociações falharam, portanto o caminho é aprovar mais sanções para impedir que o Irã enriqueça urânio e possua armas nucleares.
- II. O governo brasileiro é contra sanções e considera que ainda há espaço para negociar com o presidente Mahmud Ahmadinejad, além de reiterar sua posição contra a proliferação de armas nucleares.
- III. O Brasil, por não ser signatário de acordos contra a proliferação de armas nucleares, pode manter postura independente e contrária à norte-americana em relação ao programa nuclear iraniano.

Está correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
 - (B) II e III, apenas.
 - (C) I, apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) I, II e III.
28. Após duas semanas de negociações, com a participação de líderes de cerca de 190 países e com a intervenção direta do secretário geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, na 15ª Conferência das Nações Unidas sobre mudança climática (COP 15), realizada em Copenhague, em dezembro de 2009,
- (A) foram tomadas decisões que invalidaram o protocolo de Kyoto.
 - (B) a maioria dos países optou pela redução na emissão de agentes poluentes na atmosfera, mediante tratado que entrou em vigor a partir de janeiro de 2010.
 - (C) não houve a produção de qualquer documento referente à redução dos agentes poluentes da atmosfera.
 - (D) foi assinado documento com valor legal, no qual ficaram definidas metas de redução da emissão de agentes poluentes para todos os países, com exceção dos mais pobres.
 - (E) houve um acordo, fechado entre Estados Unidos, Brasil, China, Índia e África do Sul, que foi apenas “anotado” pelos demais países, mas não aprovado.



29. A Assembleia Geral da ONU renova todos os anos cinco dos dez lugares não permanentes do Conselho de Segurança, que são divididos por regiões geográficas entre Europa Ocidental, Europa Oriental, África, Ásia, América Latina e Caribe. Além desses dez membros, há os cinco permanentes, que têm direito a veto. Para o biênio 2010-2011, foi aprovado, em 15 de outubro de 2009, o ingresso dos novos cinco países para ocupar os postos não permanentes.

Em relação à composição atual do Conselho de Segurança da ONU é correto afirmar:

- (A) Os cinco membros permanentes são EUA, Rússia, França, Reino Unido e Brasil e, entre os novos não permanentes, está Alemanha.
- (B) O Brasil é um dos novos membros não permanentes, e os permanentes são EUA, Rússia (ex-União Soviética), França, Reino Unido e China.
- (C) Os membros permanentes são Alemanha, EUA, Rússia, França e Reino Unido, e o novo representante da América Latina e do Caribe é o Chile.
- (D) Os atuais membros permanentes são Rússia (ex-União Soviética), EUA, China, Alemanha e Japão, e entre os novos não permanentes estão Bósnia e Nigéria.
- (E) Os membros não permanentes que representam América Latina e Caribe são Brasil e Venezuela e, entre os permanentes, Itália substituiu Rússia (ex-União Soviética).

30. A presidente da Argentina, Cristina Kirchner, em janeiro de 2010, assinou decreto que ordena o cancelamento da classificação de segurança (confidencial) a toda informação e documentação vinculada com as operações das Forças Armadas durante o período de 1976-1983, salvo aquelas relacionadas ao "conflito bélico no Atlântico Sul (Guerra das Malvinas) e a qualquer outro conflito interestatal". Para ela, passados mais de 25 anos do retorno da democracia, não é possível continuar aceitando a falta de acesso à informação e documentação, sob pretexto de segredo de Estado ou qualquer definição de segurança que impeça o conhecimento da história recente. (OESP, 7/1/2010, adaptado)

É correto afirmar:

- (A) A classificação de "confidencial", aplicada a "toda informação e documentação, vinculada com as operações das Forças Armadas" durante o período de 1976-1983, a que o texto se refere, abrangia apenas os crimes comuns praticados por militares.
- (B) A abertura dos arquivos permitirá conhecer toda a documentação referente à atuação das Forças Armadas da Argentina, no período indicado, relativas ao confronto com a Inglaterra pela soberania nas Ilhas Malvinas.
- (C) A medida diz respeito às informações e à documentação sobre violações dos direitos humanos durante os anos da ditadura militar na Argentina, apontada por historiadores como uma das mais violentas na América Latina na década de 1970.
- (D) As Forças Armadas, anteriormente ao governo de Cristina Kirchner, já haviam determinado a abertura de seus arquivos para facilitar a transição para a democracia na Argentina.
- (E) O conhecimento do passado recente argentino não supõe necessariamente a abertura dos arquivos das Forças Armadas, pois todos os acusados de crimes durante a ditadura militar já foram julgados e os desaparecidos, encontrados.

31. No Dia Internacional da Mulher de 2010, a alta comissária da ONU para Direitos Humanos, Navi Pillay, revelou, na sua mensagem, que mais de 5 mil crimes de honra que ocorrem todos os anos no mundo não são noticiados pelos meios de comunicação social. Afirmou que o mesmo tratamento é dado à violência perpetrada contra mulheres pelos seus maridos, pais, irmãos, tios e outros familiares do sexo masculino e por vezes feminino. Salaria, ainda, que o problema é exacerbado pelo fato de em muitos países a legislação doméstica não responsabilizar criminalmente os perpetradores de tais ofensas.

No Brasil, a violência doméstica contra mulheres é

- (A) tratada como crime pela Lei Maria da Penha.
- (B) ignorada pela legislação, pois não se considera como crime a violência doméstica.
- (C) um dos itens pautados para a reforma do Código Civil.
- (D) admitida como natural pela sociedade e, portanto, não criminalizada.
- (E) considerada erradicada após a ascensão de mulheres a postos de comando na política.



32. Após classificar a relação com os EUA como a mais importante para a China, o primeiro ministro chinês, Wen Jiabao, afirmou que os laços entre os dois países foram seriamente afetados pela decisão do presidente americano, Barack Obama, de se encontrar com o dalai-lama em fevereiro e pelo anúncio de que Washington venderá US\$ 6,4 bilhões em armas para Taiwan. (OESP, 15/3/2010)

As divergências entre os dois países, indicadas no texto, ocorrem porque o

- (A) Tibete e Taiwan representam ameaça à China, já que são países hinduístas que lutam pela liberdade religiosa e política.
- (B) dalai-lama defende enfrentamento armado pela independência do Tibete e de Taiwan, negando-se a assinar acordos comerciais com a China.
- (C) Tibete, que nunca pertenceu à China nem a Taiwan, é um protetorado inglês.
- (D) poderio econômico do Tibete, sustentado pelo comércio com os EUA, ameaça a economia chinesa, e Taiwan representa ameaça à ideologia comunista na China por ser um centro religioso.
- (E) dalai-lama é classificado pelo governo chinês como separatista, na medida em que busca a independência do Tibete, e Taiwan, por sua vez, é considerada uma província rebelde que também luta por manter sua autonomia.

33. Em fevereiro de 2010, os presidentes dos países da América Latina e do Caribe aprovaram, em Cancun, no México, a criação de novo bloco para representar todas as nações da região. O organismo se chamaria, temporariamente, Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos, devendo iniciar suas atividades a partir de julho de 2011. O bloco terá entre seus princípios promover o respeito ao direito internacional e à igualdade dos Estados, evitar o uso de ameaça de força e trabalhar a favor do meio ambiente na região. Além disso, o organismo deverá promover a integração política da região e o diálogo com outros blocos. (OESP, 23/2/2010)

Considere as afirmações:

- I. O novo bloco excluiu os EUA e o Canadá e ainda não incluiu Honduras.
- II. Cuba não aceitou participar do bloco porque foi aceita como membro da OEA em 2009.
- III. As lideranças presentes concordaram com a criação do novo bloco regional, mas divergiram sobre se ele deve ou não substituir a OEA, que para alguns é um organismo incapaz de resolver as disputas regionais.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) I, II e III.

34. Para as eleições de 2010 no Brasil, além dos procedimentos tradicionais de identificação do eleitor e do uso de urnas eletrônicas, o TSE lançou nova modalidade mais informatizada e mais segura de votação, para que não haja qualquer dúvida quanto à identidade de cada eleitor. Nos municípios escolhidos para a experiência com o sistema biométrico a ser usado nas urnas eletrônicas, o cadastramento especial envolve

- (A) exame psicotécnico para identificar características comportamentais do eleitor.
- (B) registro das imagens das impressões digitais de todos os dedos, além de fotografia do eleitor.
- (C) registro da face e da íris do eleitor.
- (D) fotografia e mapa geométrico das mãos do eleitor.
- (E) registro das impressões digitais e da voz do eleitor.

35. Em relação às atuais políticas públicas de acesso ao ensino superior no Brasil, é correto afirmar:

- (A) O ProUni (Programa Universidade para Todos) oferece bolsas para permanência de estudantes nas universidades públicas e o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) seleciona estudantes para universidades públicas federais.
- (B) O ProUni (Programa Universidade para Todos) e o Enade (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes) selecionam estudantes para as universidades públicas federais.
- (C) O Sisu (Sistema de Seleção Unificada) e o Enade (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes) são processos de seleção para o ingresso de estudantes em universidades públicas e privadas.
- (D) A nota do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) é utilizada na seleção de estudantes para vagas de universidades pelo Sisu (Sistema de Seleção Unificada) ou pelo ProUni (Programa Universidade para Todos).
- (E) O Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) e o ProUni (Programa Universidade para Todos) selecionam estudantes para o ingresso em universidades públicas estaduais.

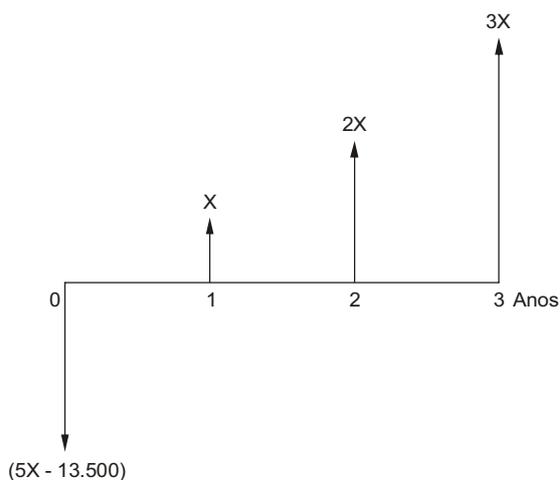
**Matemática Financeira e Estatística Básica**

36. Um capital no valor de R\$ 12.500,00 é aplicado a juros simples, durante 12 meses, apresentando um montante igual a R\$ 15.000,00. Um outro capital é aplicado, durante 15 meses, a juros simples a uma taxa igual à da aplicação anterior, produzindo juros no total de R\$ 5.250,00. O valor do segundo capital supera o valor do primeiro em
- (A) R\$ 5.850,00
 - (B) R\$ 6.000,00
 - (C) R\$ 7.500,00
 - (D) R\$ 8.500,00
 - (E) R\$ 10.000,00
-
37. O valor do desconto de um título, em um banco, é igual a 2,5% de seu valor nominal. Sabe-se que este título foi descontado 50 dias antes de seu vencimento, segundo uma operação de desconto comercial simples e considerando a convenção do ano comercial. A taxa anual de desconto correspondente é igual a
- (A) 12%
 - (B) 15%
 - (C) 18%
 - (D) 20%
 - (E) 24%
-
38. Os juros auferidos pela aplicação de um capital no valor de R\$ 12.500,00, durante dois anos, a uma taxa de juros compostos de 8% ao ano, são iguais aos da aplicação de um outro capital no valor de R\$ 10.400,00, a juros simples, à taxa de 15% ao ano. O tempo em que o segundo capital ficou aplicado foi igual a
- (A) 15 meses.
 - (B) 16 meses.
 - (C) 18 meses.
 - (D) 20 meses.
 - (E) 22 meses.
-
39. Um título é descontado dois anos antes de seu vencimento segundo o critério do desconto racional composto, a uma taxa de juros compostos de 10% ao ano, apresentando um valor atual igual a R\$ 20.000,00. Caso este título tivesse sido descontado segundo o critério do desconto comercial composto, utilizando a taxa de 10% ao ano, o valor atual seria de
- (A) R\$ 21.780,00
 - (B) R\$ 21.600,00
 - (C) R\$ 20.702,00
 - (D) R\$ 19.804,00
 - (E) R\$ 19.602,00
-
40. Um investidor aplicou o capital de R\$ 24.000,00, resgatando todo o montante após um ano. Sabe-se que a taxa real de juros desta aplicação e a taxa de inflação do período correspondente foram iguais a 10% e 2,5%, respectivamente. O montante resgatado pelo investidor foi de
- (A) R\$ 27.060,00
 - (B) R\$ 27.000,00
 - (C) R\$ 26.460,00
 - (D) R\$ 26.400,00
 - (E) R\$ 25.800,00



41. Uma dívida no valor de R\$ 40.000,00 deverá ser liquidada em 20 prestações mensais, iguais e consecutivas, vencendo a primeira um mês após a data da contração da dívida. Utilizou-se o Sistema Francês de Amortização (Tabela Price), a uma taxa de juros compostos de 2,5% ao mês, considerando o valor do Fator de Recuperação de Capital (FRC) correspondente igual a 0,06415 (20 períodos). Pelo plano de amortização, o saldo devedor da dívida, imediatamente após o pagamento da 2ª prestação, apresenta um valor de
- (A) R\$ 37.473,15
 - (B) R\$ 36.828,85
 - (C) R\$ 35.223,70
 - (D) R\$ 35.045,85
 - (E) R\$ 34.868,15

42. O fluxo de caixa abaixo corresponde a um projeto de investimento (com os valores em reais), em que se apurou uma taxa interna de retorno igual a 20% ao ano.



O valor de X é igual a

- (A) R\$ 10.368,00
 - (B) R\$ 11.232,00
 - (C) R\$ 12.096,00
 - (D) R\$ 12.960,00
 - (E) R\$ 13.824,00
43. A tabela abaixo registra o fluxo de caixa anual de um projeto de investimento com duração de 4 anos. A terceira coluna fornece os respectivos valores atuais (na data 0) em função da taxa mínima requerida de 10% ao ano.

ANOS	VALOR (R\$ 1.000,00)	VPL (R\$ 1.000,00)
0	- 2.000,00	- 2.000,00
1	880,00	800,00
2	1.210,00	1.000,00
3	1.331,00	1.000,00
4	1.756,92	1.200,00

VPL: Valor Presente Líquido.

Utilizando interpolação linear, obtém-se que, pelo método do Payback descontado, o tempo necessário para recuperar o investimento é

- (A) 2,2 anos.
- (B) 2,4 anos.
- (C) 2,6 anos.
- (D) 2,8 anos.
- (E) 3,2 anos.



44. Em um setor de um órgão público é realizado um levantamento com relação aos salários de seus funcionários administrativos. O resultado pode ser visualizado na tabela abaixo.

Salários (R\$)	1.000,00	1.500,00	2.000,00	2.500,00	3.000,00	3.500,00	4.000,00
Quantidade de funcionários	5	10	10	12	8	3	2

Com relação a este levantamento e às medidas de posição, tem-se que

- (A) a média aritmética, a mediana e a moda possuem o mesmo valor.
- (B) o valor da média aritmética e o valor da mediana superam, cada um, o valor da moda em R\$ 250,00.
- (C) o valor da moda é superior ao valor da média aritmética e também ao valor da mediana.
- (D) o valor da moda é igual ao valor da mediana, porém supera o valor da média aritmética.
- (E) a soma dos valores da média aritmética, da mediana e da moda é igual a R\$ 7.250,00.
-
45. Em dezembro de 2009, o salário médio dos 100 trabalhadores da empresa Alpha é igual ao salário médio dos 400 trabalhadores da empresa Beta, ou seja, igual a R\$ 2.000,00. Porém, os coeficientes de variação apresentados para os trabalhadores de Alpha e Beta são iguais a 20% e 15%, respectivamente. Considerando as duas empresas reunidas, obtém-se que a correspondente variância é, em (R\$)², igual a
- (A) 101.840
- (B) 102.400
- (C) 104.000
- (D) 122.500
- (E) 125.000
-
46. O total de funcionários em uma repartição pública é igual a 6. João e sua esposa trabalham nesta repartição em que será formada uma comissão de 3 funcionários escolhidos aleatoriamente. A probabilidade de que no máximo um deles, João ou sua esposa, faça parte da comissão é

- (A) $\frac{1}{5}$
- (B) $\frac{2}{5}$
- (C) $\frac{3}{5}$
- (D) $\frac{4}{5}$
- (E) $\frac{3}{10}$

Instruções: Para resolver às questões de números 47 e 48 utilize as informações abaixo referentes à distribuição normal padrão Z:

z	1,00	1,25	1,50	1,75	2,00	2,25
P(0<Z<z)	0,34	0,39	0,43	0,46	0,48	0,49

47. Os salários dos empregados de uma determinada categoria profissional apresentam uma distribuição normal com média igual a R\$ 1.200,00 e desvio padrão igual a R\$ 160,00. A proporção dos empregados com salários superiores a R\$ 1.000,00 e inferiores a R\$ 1.520,00 é
- (A) 98%
- (B) 96%
- (C) 92%
- (D) 89%
- (E) 87%



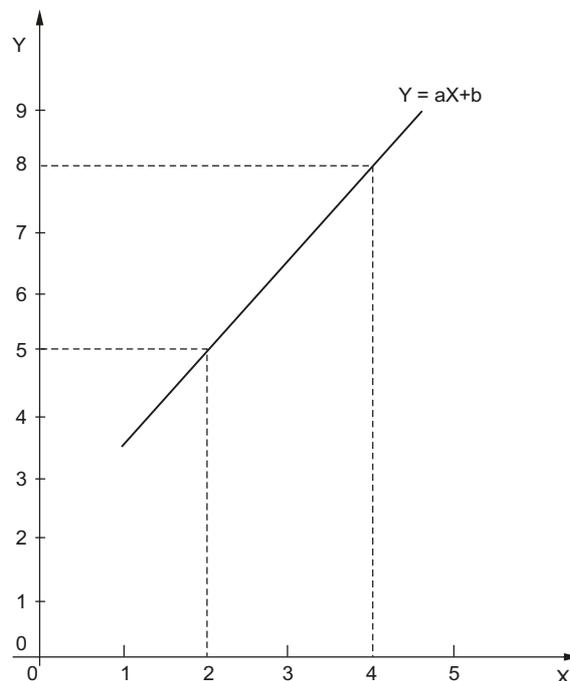
48. A distribuição das medidas dos cabos fabricados por uma indústria é considerada normal. Sabe-se que 7% dos cabos medem no máximo 2,4 metros e apenas 2% medem no mínimo 16,4 metros. A média das medidas destes cabos é igual a
- (A) 9,4 metros.
(B) 8,4 metros.
(C) 8,2 metros.
(D) 8,0 metros.
(E) 7,8 metros.

49. Seja uma amostra aleatória simples extraída de uma população, com tamanho 10 e representada por X_i ; $i = 1, 2, \dots, 10$. Sabe-se que

$$\sum_{i=1}^{10} X_i = 270 \quad \text{e} \quad \sum_{i=1}^{10} X_i^2 = 7.803$$

A variância desta amostra apresenta o valor de

- (A) 67,3
(B) 63,0
(C) 61,0
(D) 59,7
(E) 57,0
50. Com base em um estudo de correlação e regressão, obteve-se o gráfico abaixo correspondente à equação da reta deduzida pelo método dos mínimos quadrados ($Y = aX + b$), utilizando 10 pares de observações (X_i, Y_i) , $i = 1, 2, 3, \dots, 10$. A média aritmética das observações de Y apresentou o valor de 6,5.



A média aritmética das observações de X é

- (A) 3,00
(B) 3,25
(C) 3,50
(D) 3,75
(E) 4,00

**Direito Constitucional**

<p>51. Considere:</p> <p>I. O Brasil é uma República, adotada desde 15 de novembro de 1889, consagrada na Constituição de 1891, e em todas as constituições subsequentes.</p> <p>II. O Brasil é uma federação composta pela União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios.</p> <p>Essas afirmações dizem respeito, técnica e respectivamente, às formas de</p> <p>(A) regime político e governo.</p> <p>(B) estado e de governo.</p> <p>(C) governo e de estado.</p> <p>(D) separação de poderes e de governo.</p> <p>(E) estado e de regime político.</p>	<p>54. O controle abstrato em face da Constituição Federal da República Federativa do Brasil é exercido</p> <p>(A) concorrentemente pelo Superior Tribunal de Justiça por meio da arguição de descumprimento de preceito fundamental.</p> <p>(B) exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal por meio de ações, dentre outras, a ação direta de inconstitucionalidade interventiva.</p> <p>(C) subsidiariamente pelos Tribunais Superiores por meio de representação, dentre outras, a direta de inconstitucionalidade por omissão.</p> <p>(D) suplementarmente por qualquer Tribunal ou juiz, por meio da ação declaratória de constitucionalidade.</p> <p>(E) privativamente pelo Ministério Público Federal, por meio de ações, entre outras, de arguição de cumprimento de preceito constitucional.</p>
<p>52. As normas constitucionais de eficácia contida são dotadas de aplicabilidade direta e imediata, mas não integral, porque sujeitas a restrições. Observa-se que tais restrições podem ser impostas</p> <p>(A) pelo legislador constitucional, por outras normas constitucionais e como decorrência do uso de conceitos ético-jurídicos consagrados.</p> <p>(B) pelo legislador comum, pelos Tribunais Superiores e pelos Chefes do Poder Executivo.</p> <p>(C) pela União Federal, pelos Estados-membros, pelo Distrito Federal e pelos Municípios com exclusão dos Territórios Federais.</p> <p>(D) por outras normas constitucionais, pelo Supremo Tribunal Federal e pelo órgão superior do Ministério Público Federal.</p> <p>(E) pelo Conselho da República, pela União Federal, pelos Estados-membros e como decorrência de conceitos ético-jurídicos consagrados.</p>	<p>55. No que diz respeito à organização político-administrativa do Estado, considere:</p> <p>I. A transformação dos Territórios Federais em Estados será regulada em lei ordinária.</p> <p>II. Os Estados podem desmembrar-se para a formação de novos Estados, mas não incorporar-se entre si.</p> <p>III. É vedado aos Estados subvencionar cultos religiosos ou igrejas, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.</p> <p>IV. O desmembramento de Municípios dependerá, dentre outros requisitos, de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e IV.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>
<p>53. No que se refere aos princípios gerais da atividade econômica, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) o aproveitamento do potencial de energia renovável de capacidade reduzida não dependerá de autorização ou concessão.</p> <p>(B) a lei regulamentará as relações da empresa pública com o Estado e a sociedade.</p> <p>(C) o Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta também a promoção econômico-social dos garimpeiros.</p> <p>(D) as empresas públicas e as sociedades de economia mista podem gozar de privilégios fiscais não extensivos ao setor privado.</p> <p>(E) os Estados-membros e o Distrito Federal, dentre outros, devem promover e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.</p>	<p>56. Tendo em vista os direitos e garantias fundamentais previstos da Constituição Federal vigente, é certo que o direito</p> <p>(A) à informação dos órgãos públicos é absoluto em razão da transparência exigida pelo interesse coletivo.</p> <p>(B) de amplo acesso ao judiciário é excepcionado com o exaurimento da via administrativa, quando for matéria de lides esportivas e <i>habeas data</i>.</p> <p>(C) de petição, ainda que de natureza eminentemente democrática, necessita sempre de assistência advocatícia.</p> <p>(D) de certidão, para ser conferido, exige do administrado a demonstração da finalidade específica do pedido.</p> <p>(E) ao juízo natural, por sua natureza, alcança os juizes, Tribunais e o Tribunal de Contas, mas não os demais julgadores, como o Senado Federal.</p>



57. No que se refere à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas é certo que
- (A) a dor sofrida com a perda de ente familiar não é indenizável por danos morais, porque esta se restringe aos casos de violação à honra e à imagem.
 - (B) a indenização, na hipótese de violação da honra e da intimidade, não responde cumulativamente por danos morais e materiais.
 - (C) a condenação por danos morais face à divulgação indevida de imagem, exige a ocorrência de ofensa à reputação da pessoa.
 - (D) o Estado também responde por atos ofensivos (morais) praticados pelos agentes públicos no exercício de suas funções.
 - (E) as pessoas jurídicas, por serem distintas das pessoas físicas, têm direito a indenização por danos materiais, mas não por danos morais.

Atenção: As questões de números 58 a 65 estão alicerçadas na Constituição do Estado de São Paulo.

58. Compete, exclusivamente, à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo a iniciativa de leis que disponham, dentre outras matérias, sobre
- (A) criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios; e sobre regras de criação, organização e supressão de distritos nos Municípios.
 - (B) criação e extinção de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica, bem como sobre a fixação da respectiva remuneração.
 - (C) regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria dos servidores públicos do Estado.
 - (D) criação, alteração ou supressão de cartórios notariais e de registros públicos.
 - (E) regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para inatividade de militares, bem como fixação ou alteração do efetivo da Polícia Militar.

59. Em relação ao Poder Executivo do Estado é INCORRETO afirmar:
- (A) O Governador deverá residir na Capital do Estado.
 - (B) Vagando os cargos de Governador e Vice-Governador, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.
 - (C) Em caso de impedimento do Governador e do Vice-Governador, serão sucessivamente chamados ao exercício da Governança o Presidente do Tribunal de Justiça e o Presidente da Assembleia Legislativa.
 - (D) Se, decorridos dez dias da data fixada para a posse, o Governador ou o Vice-Governador, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.
 - (E) O Governador e o Vice-Governador não poderão, sem licença da Assembleia Legislativa, ausentar-se do Estado, por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.

60. O Tribunal de Contas do Estado prestará suas contas,
- (A) bimensalmente, à comissão mista da Assembleia Legislativa e do Executivo, no prazo de quinze dias, a contar das respectivas liberações dos duodécimos orçamentários.
 - (B) trimestralmente, ao Poder Judiciário, no prazo de quarenta e cinco dias, a contar da abertura do ano judiciário.
 - (C) semestralmente, à Controladoria Geral da União, no prazo de trinta dias, a contar da abertura do ano orçamentário.
 - (D) quadrimestralmente, ao Poder Executivo, no prazo de noventa dias, a contar da abertura da primeira sessão legislativa da assembleia estadual.
 - (E) anualmente, à Assembleia Legislativa, no prazo de sessenta dias, a contar da abertura da sessão legislativa.

61. Quanto ao Ministério Público, considere:

- I. São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- II. As decisões do Ministério Público, fundadas em sua autonomia administrativa, não têm eficácia plena e executoriedade imediata, ressalvada a competência funcional limitada aos Poderes do Estado.
- III. Seus membros gozam de inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do Procurador-Geral de Justiça, assegurada a ampla defesa.
- IV. Os membros do Ministério Público sujeitam-se, entre outras vedações, à proibição de exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério, se houver compatibilidade de horário.
- V. O ingresso na carreira se dará mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Magistratura em sua realização, exigindo-se, no mínimo, dois anos de conclusão do curso de bacharelado em Direito.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, III e V.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II, IV e V.
- (E) IV e V.



62. Em relação ao Poder Judiciário, a Constituição Estadual estabelece, dentre outras hipóteses, que
- (A) os conflitos de atribuição entre as autoridades administrativas e judiciárias do Estado serão processados e julgados originariamente pelo Tribunal de Justiça.
 - (B) o Presidente do Tribunal de Justiça não incorrerá em crime de responsabilidade se, ainda que por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatório.
 - (C) o acesso dos Desembargadores ao Órgão Especial, à Presidência das Câmaras e à representação do quinto constitucional dar-se-á pelos critérios de merecimento e eleição, alternadamente.
 - (D) o ingresso na atividade notarial, como titular, depende de concurso público de provas e títulos, salvo de preposto, não se permitindo que fique vaga sem abertura de concurso por mais de doze meses.
 - (E) as decisões disciplinares dos Tribunais serão motivadas e tomadas em sessão pública, por voto da maioria simples dos seus membros, salvo nos casos de decisões administrativas, que dependerão de voto de dois terços.
63. Em tema de Administração Pública na Constituição Estadual é correto afirmar:
- (A) As pessoas jurídicas de direito privado, ainda que prestadoras de serviços públicos, não responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurada a indenização contra o ente público contratante desde que comprovada a culpa.
 - (B) A declaração pública de bens, antes da posse, é obrigatória para o dirigente de fundação instituída ou mantida pelo Poder Público, vedada essa exigência ao presidente de empresa pública ou de sociedade de economia mista.
 - (C) A criação de subsidiárias das autarquias e fundações, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada ou mista, independe de autorização legislativa.
 - (D) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores sob o mesmo título ou idêntico fundamento.
 - (E) As entidades da administração direta e indireta, salvo as fundações mantidas pelo Poder Público, bem como o Poder Legislativo, publicarão, até o dia trinta de dezembro de cada ano, seu quadro de cargos e funções, preenchidos e vagos, referentes ao exercício futuro.
64. Quanto ao regime jurídico dos servidores públicos na Constituição do Estado de São Paulo, considere:
- I. O tempo de mandato eletivo será computado para fins de aposentadoria especial.
 - II. O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal não será contado para efeito de aposentadoria, salvo o tempo de serviço correspondente, exclusivamente para efeito de promoção por merecimento.
 - III. O servidor público civil demitido por ato administrativo, se absolvido pela Justiça, na ação referente ao ato que deu causa à demissão, será reintegrado ao serviço público, com todos os direitos adquiridos.
 - IV. O servidor público titular de cargo em comissão do Estado terá contado, como efetivo exercício, para efeito de promoção, o tempo de contribuição decorrente de serviço prestado em cartório não oficializado, vedada a contagem para aposentadoria ou disponibilidade.
 - V. O servidor, com mais de cinco anos de efetivo exercício, que tenha exercido ou venha a exercer cargo ou função que lhe proporcione remuneração superior à do cargo de que seja titular, ou função para a qual foi admitido, incorporará um décimo dessa diferença, por ano, até o limite de dez.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e IV.
 - (B) I, III e V.
 - (C) II, IV e V.
 - (D) II e V.
 - (E) III e IV.
65. Dentre as competências tributárias do Estado de São Paulo estão as de instituir e cobrar
- (A) taxas sobre livros, jornais, periódicos e sobre o papel destinado a sua impressão.
 - (B) impostos sobre patrimônio, renda ou serviços dos Municípios.
 - (C) tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
 - (D) impostos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
 - (E) taxas em razão do exercício do poder de polícia.



Direito Administrativo

66. As licitações realizadas pela Administração direta e indireta do Estado de São Paulo observam disposições legais específicas voltadas ao tratamento especial às microempresas e empresas de pequeno porte. Dentre essas disposições, insere-se a
- (A) dispensa às microempresas e empresas de pequeno porte de apresentação de documentação relativa à habilitação.
- (B) possibilidade de contratação direta de microempresas e empresas de pequeno porte para contratos de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).
- (C) possibilidade de estabelecer exigência aos licitantes de subcontratarem microempresas ou empresas de pequeno porte, no percentual máximo de 30% (trinta por cento) do total licitado.
- (D) precedência da proposta comercial apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, desde que em valor até 15% (quinze por cento) superior à melhor proposta ofertada por licitante que não detenha tal qualificação.
- (E) obrigatoriedade de participação efetiva de, pelo menos, uma microempresa ou empresa de pequeno porte nas licitações realizadas na modalidade pregão, sob pena de nulidade do procedimento.
-
67. Determinada atividade, quando caracterizada como serviço público,
- (A) deve, obrigatoriamente, ser prestada pelo Estado, não sendo passível de exploração pelo particular.
- (B) constitui obrigação do Estado, que pode prestá-la diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão.
- (C) deve ser prestada exclusivamente pelo Estado, quando possuir natureza essencial, podendo ser delegada ao particular apenas quando sujeita ao regime de direito privado.
- (D) é passível de exploração pelo particular, independentemente de autorização do Estado, observada a regulação setorial pertinente.
- (E) somente pode ser explorada pelo particular, sob o regime de concessão ou permissão, mediante autorização legal específica.
-
68. O Estado pretende instaurar, concomitantemente, diferentes processos licitatórios para a construção de diversas penitenciárias e, considerando o pequeno número de potenciais licitantes, possui o fundado receio de que alguns acabem vencendo vários certames e, uma vez contratados, não consigam executar o objeto, inclusive em face de compromissos anteriormente assumidos. Diante desse cenário, para preservar o interesse público e com base na legislação aplicável, os editais podem prever a
- (A) exigência de comprovação de patrimônio líquido ou faturamento de, no mínimo, 10% do objeto licitado.
- (B) garantia de execução do contrato, sob a modalidade caução, seguro ou fiança bancária, limitada a 20% do objeto licitado.
- (C) garantia de proposta, sob a modalidade caução, seguro ou fiança bancária, limitada a 20% do objeto licitado.
- (D) exigência de apresentação de atestados de fornecedores e de clientes, informando a boa situação financeira do licitante.
- (E) exigência de apresentação da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem diminuição da sua capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira.
-
69. Instaurado procedimento licitatório, na modalidade concorrência, todos os licitantes restaram inabilitados. Diante de tal situação, a Administração
- (A) deverá anular a licitação e rever as exigências de habilitação.
- (B) poderá revogar a licitação, desde que identifique a existência de exigências de habilitação em desacordo com a previsão legal correspondente.
- (C) considerará a licitação deserta, ficando impedida de renovar o procedimento no prazo de noventa dias.
- (D) poderá instaurar novo procedimento, desde que altere as condições de habilitação.
- (E) poderá fixar aos licitantes prazo adicional, previsto em lei, para apresentação de nova documentação.
-
70. A respeito do regime jurídico aplicável às entidades integrantes da Administração indireta, é correto afirmar que as
- (A) autarquias, fundações e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público sujeitam-se ao regime jurídico de direito público.
- (B) fundações instituídas e mantidas pelo poder público sujeitam-se ao mesmo regime das autarquias, exceto no que diz respeito ao processo seletivo de pessoal.
- (C) sociedades de economia mista sujeitam-se ao regime de direito privado, inclusive no que diz respeito à legislação tributária e trabalhista.
- (D) sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica sujeitam-se ao mesmo regime das empresas privadas, exceto no que diz respeito à matéria tributária.
- (E) autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público sujeitam-se ao regime de direito público, exceto no que diz respeito à penhorabilidade de seus bens.
-
71. De acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, a Administração está autorizada a dispensar o prévio procedimento licitatório nos casos de
- (A) guerra ou grave perturbação da ordem.
- (B) contratação de serviços de publicidade e propaganda.
- (C) aquisição de bens produzidos por um único fabricante, facultada a escolha de marca de preferência da Administração.
- (D) compras ou serviços com valor máximo de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).
- (E) alienação de bens móveis, de qualquer valor, e imóveis de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
-
72. Decorridos mais de cinco anos da concessão de aposentadoria a servidor, a Administração estadual verifica que não estavam presentes os requisitos legais para a concessão do benefício. Diante de tal situação, a Administração
- (A) não poderá anular o ato concessório, em função do decurso do prazo decadencial.
- (B) não poderá anular o ato concessório, em função da obrigatoriedade de observância do direito adquirido.
- (C) poderá apenas revogar o ato concessório, preservando os efeitos operados até o ato de revogação.
- (D) deverá anular o ato concessório, observando o procedimento de invalidação previsto em lei.
- (E) poderá convalidar o ato, desde que não tenha havido fraude ou dolo imputável ao beneficiário.



73. O Estado necessita ampliar o seu sistema de transportes metro-ferroviário, porém não dispõe de recursos orçamentários suficientes para fazer frente à totalidade dos investimentos de infraestrutura e aquisição de trens. Diante de tal situação, o Estado poderá celebrar contrato de parceria público-privada, na modalidade concessão
- (A) administrativa, transferindo ao parceiro privado a exploração do serviço e complementando a tarifa paga pelo usuário.
- (B) patrocinada, vedada a cobrança de tarifa do usuário do serviço pelo parceiro privado.
- (C) administrativa ou patrocinada, desde que conte com autorização legislativa específica.
- (D) patrocinada, possibilitando que o parceiro privado cobre tarifa do usuário e pagando contraprestação pecuniária destinada a complementar o valor da tarifa.
- (E) administrativa, exclusivamente para a execução da obra.
74. De acordo com a legislação federal e estadual aplicável, as licitações para o Sistema de Registro de Preços serão realizadas na modalidade
- (A) pregão, exclusivamente.
- (B) na modalidade pregão ou concorrência e pelo tipo menor preço.
- (C) concorrência, exclusivamente, e pelo tipo menor preço.
- (D) pregão e pelo tipo menor preço ou na modalidade concorrência e pelo tipo técnica e preço.
- (E) convite e pelo tipo menor preço.
75. No pregão eletrônico, o sigilo em relação à identidade do licitante é garantido para
- (A) o pregoeiro, até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta, e para os demais licitantes, até a etapa de habilitação.
- (B) todos, inclusive o pregoeiro, até a etapa de habilitação.
- (C) todos, inclusive o pregoeiro, até a abertura da sessão pública.
- (D) o pregoeiro, até a abertura da sessão pública, e para os demais licitantes, até a etapa de negociação com o autor da melhor proposta.
- (E) todos, inclusive o pregoeiro, até a adjudicação do objeto ao licitante vencedor.
76. Determinado cidadão sofreu prejuízo em decorrência de conduta imputável à Administração pública estadual e, em face do que dispõe a legislação aplicável, poderá
- (A) instaurar procedimento administrativo de reparação de danos junto à Procuradoria Geral do Estado.
- (B) iniciar procedimento administrativo para apuração da responsabilidade funcional do agente e pleitear reparação pecuniária exclusivamente pela via judicial.
- (C) iniciar procedimento administrativo para apuração da responsabilidade funcional do agente, cujo desfecho constitui condição precedente para instauração de procedimento administrativo de reparação de danos.
- (D) instaurar procedimento administrativo de reparação de danos junto à Secretaria de Estado à qual se encontra vinculado o servidor em questão.
- (E) buscar a reparação de seu prejuízo e responsabilização funcional do agente apenas pela via judicial.
77. A legislação estadual que regula o procedimento administrativo estabelece que
- (A) apenas o sujeito passivo do ato administrativo possui legitimidade para recorrer da prática do ato.
- (B) a impugnação do ato administrativo junto à autoridade hierarquicamente superior àquela que o praticou constitui pré-requisito para impetração de mandado de segurança.
- (C) os atos preparatórios ou de mero expediente são passíveis de recurso sem efeito suspensivo.
- (D) a Procuradoria Geral do Estado possui legitimidade para recorrer de ato administrativo que contrarie súmula administrativa ou despacho do governador.
- (E) os atos praticados pelo Governador do Estado não são passíveis de recurso ou de pedido de reconsideração.
78. A respeito dos princípios que regem a Administração pública, é correto afirmar que o princípio da
- (A) supremacia do interesse público sobre o privado autoriza a Administração a impor restrições aos direitos dos particulares, independentemente de lei.
- (B) eficiência autoriza as sociedades de economia mista que atuam no domínio econômico a contratarem seus empregados mediante processo seletivo simplificado, observados os parâmetros de mercado.
- (C) publicidade obriga as entidades integrantes da Administração direta e indireta a publicarem extrato dos contratos celebrados.
- (D) legalidade determina que todos os atos praticados pela Administração devem contar com autorização legal específica.
- (E) moralidade é subsidiário ao princípio da legalidade, de forma que uma vez atendido este último considera-se atendido também o primeiro.
79. De acordo com a Lei nº 8.666/93, a licitação é inexigível para
- (A) contratação de qualquer profissional do setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (B) alienação e aquisição de obras de arte.
- (C) compra ou locação de imóveis destinados às atividades da Administração.
- (D) contratação de serviços de publicidade, desde que comprovada a notória especialização do contratado.
- (E) situações de emergência ou grave comoção social, devidamente comprovadas.
80. A modalidade licitatória para alienação de bens imóveis da Administração é
- (A) sempre concorrência.
- (B) sempre leilão.
- (C) concorrência ou leilão, a critério da autoridade e mediante adequada justificativa, fundada no grau de liquidez do imóvel.
- (D) leilão para os imóveis de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e concorrência para aqueles acima desse valor.
- (E) concorrência, admitindo-se a adoção da modalidade leilão para os imóveis adquiridos por dação em pagamento ou em procedimento judicial.